

AJ03857



# Prorrogado prazo para licitação de obras na baía

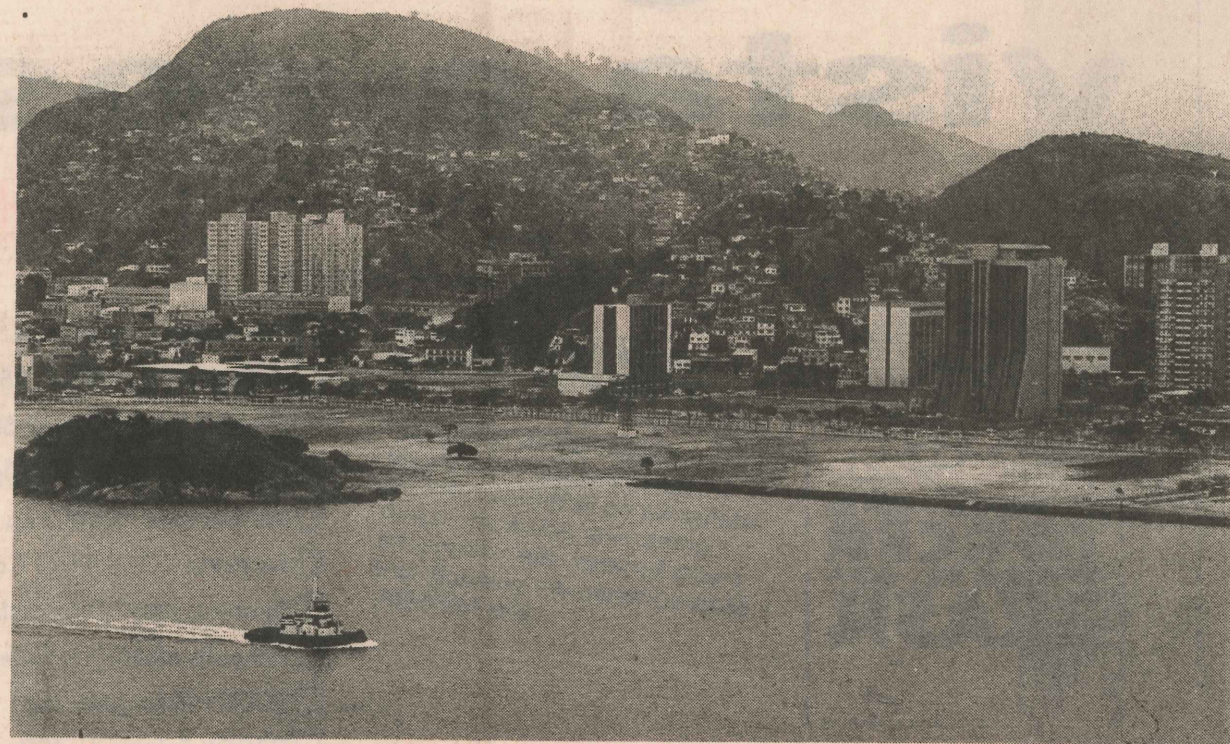
Foto de Gildo Loyola

A Cesan vai prorrogar os prazos dos editais para a contratação de obras para o projeto de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da empresa, Aramiz Bussolar da Silva, que também garantiu finalmente o fechamento de contrato com o Banco Mundial (Bird) para financiar todo o programa, previsto em US\$ 322 milhões (aproximadamente CR\$ 400 milhões). Ele esteve na última semana em Washington negociando diretamente com representantes do Bird.

Aramiz explicou que a prorrogação do prazo dos editais é resultado da maior flexibilização das exigências do Banco Mundial em relação à concorrência. Ele mostrou um telegrama do Bird, recebido ontem, dando conta de itens menos rígidos e que deverão, portanto, permitir que empresas estaduais também entrem na concorrência.

São 18 editais, que foram publicados em fevereiro e que a princípio teriam prazo final no início de maio. Com a flexibilidade de algumas exigências do Bird, Aramiz garante que não será necessário a anulação dos editais, mas apenas a publicação dos ajustes e do novo prazo, que ainda está sendo estudado pela Procuradoria da Cesan. O presidente acredita que esse prazo deva ser de 30 dias.

Aramiz reafirmou ainda o início das obras para este ano - ele prevê o mês de julho para o início dos



*A flexibilização das exigências do Banco Mundial também pode permitir que empresas daqui participem da despoluição*

trabalhos - e que começariam pela Praia do Canto e os bairros adjacentes, Praia da Costa e bairros adjacentes e Guarapari. Isso a US\$ 84 milhões (aproximadamente CR\$ 103 milhões). Para concluir totalmente o projeto serão necessários cinco anos de trabalho e a previsão inicial é de que em 99 tudo estará pronto.

Segundo dados da Cesan, com o projeto, que será implantado em nove municípios do Estado, 957.514 habitantes serão benefi-

ciados e os índices de atendimento à população pularão dos 13,5% hoje na Grande Vitória para 53% no ano 2000, enquanto no interior do Estado passará dos 5,2% para 20%.

Como para financiar o projeto o Bird exige uma contrapartida de 50% dos recursos - portanto Cesan e Governo do Estado terão que dividir uma conta de US\$ 161 milhões (aproximadamente CR\$ 200 bilhões) - e apesar da crise financeira do Estado, Bussolar dis-

se acreditar que o projeto não corre riscos de ter seu início mais uma vez adiado (a primeira previsão era de início no ano passado), já que devem ser usados recursos da venda das ações da Escelsa. Além disso, o presidente garantiu que praticamente já tem fechado com o Banco Europeu o financiamento da contrapartida do Estado e anunciou para em aproximadamente 45 dias a visita de uma missão final da instituição internacional ao Espírito Santo.